

Rigor e Seriedade Div. Externa

DUAS questões relevantes, mas não inéditas na negociação da dívida externa, sobressaem dos encontros mantidos pelo ministro Dílson Funaro com as autoridades financeiras dos países credores. Uma, é a compreensão para o caso brasileiro; outra, é a definição de programas de estabilidade econômica nos quais a comunidade internacional possa confiar.

A simples verificação dessa realidade dispensaria a moratória em termos unilaterais em que se assenta. E até pouparia ao titular da Fazenda o giro a três continentes a que se obrigou. De útil, provavelmente, restará ao Brasil o balanço pedagógico dos contactos: o dinheiro novo de que precisa o país não virá "no escuro".

Quem melhor terá vocalizado a reação dos credores foi o presidente do Banco Mundial, parceiro qualificado, ao lembrar que o Brasil não obterá ajuda financeira a longo prazo se não der indicações precisas da direção que pretende tomar. Em outras palavras, ainda há sérias reservas de confiança, geradas pelas improvisações oficiais.

Acondicionada como suspensão temporária do pagamento dos juros, a moratória continua correndo o risco de obter efeito político apenas no palanque da esquerda. Às vésperas das gestões com os bancos privados, só a rigorosa seriedade poderá alterar as regras do jogo a favor do Brasil.

Quais as vantagens reais da moratória? Até agora, nenhuma. Nem mesmo os relatórios otimistas do ministro Funaro alteram essa impressão. As observações que colheu lá fora são certamente as mesmas que emissários seus iriam ouvir. Não há dinheiro disponível para o Brasil, a não ser que o país seja capaz de demonstrar um convincente esforço de recuperação.

Todos entendem que o Brasil não pode desembolsar 11 bilhões de dólares por ano, para atender apenas ao serviço dos juros. Mas, tanto os credores internacionais como a própria sociedade brasileira se acham convencidos de que um programa concreto para redirecionar a dívida implica medidas internas austeras, sem as quais não haverá recursos sequer para fechar as contas a curto prazo.

O Brasil tem dois problemas gravíssimos a serem enfrentados com coragem e decisão: a) o governo não pode continuar gastando em custeio como o vem fazendo; e b) é preciso reduzir ao extremo o déficit público. Trata-se de dois abismos históricos projeta-

dos no cenário da dívida e cuja responsabilidade não é da sociedade, mas exclusivamente do governo.

Tem razão o Presidente Sarney quando vislumbra um perigo real para a democracia brasileira se não for corretamente equacionada a questão da dívida. Não é, porém, pelo caminho da politização que resulta da coreografia da insensatez executada por grande parte do PMDB que se chegará a qualquer solução eficaz.

Provavelmente importantes concessões feitas ao Brasil pelos países credores ainda não são suficientes para estabelecer critérios que permitam ao país sair das suas dificuldades. Contudo, como esperar novos ganhos, na medida das necessidades que temos agora, se não formos capazes de dar à moratória um suporte sólido enunciado por reformas e medidas de saneamento interno?

Não se deve perder de vista que a moratória é uma providência emergencial, crítica, contingencial. Não é, portanto, uma política. Nem mesmo que os "anjos" do PMDB façam milagres, essa evidência não se afasta da natureza da medida adotada pelo Brasil. A expectativa da classe média brasileira é de ascensão e para atendê-la, tanto quanto satisfazer justas aspirações dos pobres, o governo deve contar com entradas novas de capital estrangeiro, dispensar contribuições chauvinistas e capitalizar a maturidade política e econômica do país no propósito de uma democracia próspera.

O Presidente Sarney por mais de uma vez tem dado indicações de que quer manter o seu governo nessa direção. Os preços internos, após o cruzado, tiveram melhor desempenho do que as exportações. Nem por isso o país pode se dar ao luxo de subestimar o seu comércio exterior. Os índices de oferta de trabalho têm sido animadores, mas não é possível que persista na administração pública o desperdício da mão-de-obra notoriamente ociosa, parasitária, que só agrava a dívida interna.

Qual é, então, o sentido da moratória? Esta não é uma pergunta que angustie nossos parceiros, mas que reflete um questionamento da sociedade. Já que está aí, por que não utilizá-la para definir e apressar as reformas que nos levem à estabilidade, que nos devolvam investimentos internacionais, que nos repõem a confiança e que reconstruam o sonho brasileiro da prosperidade?